



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/07/2015**



# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	1
1.2. DECISÕES.....	2 - 3
1.3. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	5 - 6
2.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	7
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. PROJETO COMEÇAR DE NOVO.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	9
4.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	10 - 11
4.3. OUVIDORIA.....	12
5. JORNAL EXTRA	
5.1. FUNDAÇÃO DA JUSTIÇA E CIDADANIA.....	13
5.2. PROCESSO SELETIVO.....	14
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	15 - 16
6.2. DECISÕES.....	17 - 18
6.3. PROJETO COMEÇAR DE NOVO.....	19
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. PROJETO COMEÇAR DE NOVO.....	20
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. DECISÕES.....	21 - 22
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	23
9.2. DECISÕES.....	24 - 25
9.3. PROJETO COMEÇAR DE NOVO.....	26
9.4. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	27 - 28

## **Casamento comunitário promovido pela Corregedoria já tem mais de mil casais inscritos**

Um total de 1.011 casais já se inscreveu para o casamento comunitário que a Corregedoria promove no dia 19 de setembro para oficializar a união de pessoas residentes em São Luís. Desses, 47 casais se inscreveram no último sábado (04), durante ação social promovida pela parceria entre CGJ e Prefeitura de São Luís no bairro da Vila Embratel.

Já para os casais que tiveram inscrição agendada através do Telejudiciário o último dia de inscrições na sede e do anexo da Corregedoria e no Fórum foi na última sexta-feira (03).

Bairros - Hoje a Corregedoria se faz presente no bairro do São Raimundo (Conselho Comunitário Sócio Cultural), onde serão feitas as inscrições dos casais agendados junto aos líderes comunitários.

Na quarta e sexta-feira, respectivamente dias 08 e 10, o trabalho continua nos bairros do Tibirizinho (Associação Nossa Senhora de Nazaré em defesa das crianças e adolescentes do bairro Tibirizinho) e Cidade Olímpica (Associação dos Moradores da Cidade Olímpica), onde também serão efetivadas as inscrições agendadas com os líderes comunitários do bairro.

No sábado, 11, novamente em parceria com a Prefeitura de São Luís, a Corregedoria volta a inscrever os noivos interessados em oficializar a união através do casamento comunitário, dessa vez no bairro da Liberdade, na UEB Ensino Fundamental Ministro Mário Andrezza (Rua Corrêa de Araújo, 400), das 8h às 17h.

---

## TJ-MA rejeita pedido de intervenção no Município de São Luís

---

Pág. 3

## TJ-MA rejeita pedido de intervenção no Município de São Luís

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão rejeitou pedido de intervenção no Município de São Luís. O referido pedido havia se dado ainda na gestão do ex-prefeito João Castelo sob a justificativa de descumprimento de comando judicial emanado pelo Tribunal de Justiça nos autos do Regime Especial de Pagamento de Precatório nº 21.279/2011, que determinou a regularização do pagamento dos precatórios devidos entre os anos de 2008 e 2012. O pedido sustentava ainda que o Município de

São Luís teria deixado, sem motivo de força maior, de efetuar o pagamento dos precatórios relativos àquele período.

Através da Procuradoria Geral do Município, o ente federativo demonstrou que o fato que havia embasado o pedido já havia sido removido, o que tornou prejudicado o exame da Representação para Intervenção Estadual em Município. Além disso, o Município, mesmo após ver que o pedido do impetrante se deu por prejudicado, juntou aos au-

tos Certidão do Setor de Precatórios, o qual atesta sua adimplência junto ao Regime Especial nº 21.279/2011.

Dessa forma, o Tribunal de Justiça constatou que o Município se encontra inserido e adimplente no Regime Especial de Pagamento de Precatório, desaparecendo, por conseguinte, a causa determinante da representação.

Para o procurador geral do Município, Marcos Braid, o Tribunal de Justiça do Maranhão reconheceu que não existia

qualquer motivo para que fosse decretada uma intervenção, medida grave e só autorizada diante de determinadas situações, enumeradas em rol taxativo. "O pedido de intervenção se deu na gestão passada. Na atual administração, por determinação do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, o Município de São Luís regularizou a situação dos precatórios, e vem efetuando, mensalmente, os depósitos junto à Coordenação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão", afirmou.

## Juízes da Fazenda terão acesso às fichas financeiras de servidores estaduais que ingressam com ações na Justiça

A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) pretende disponibilizar aos magistrados das varas da Fazenda Pública de São Luís o acesso às fichas financeiras dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, para consulta nos casos de processos impetrados nessas unidades. A medida visa contribuir para a tramitação mais célere das ações propostas pelos servidores contra o Estado do Maranhão e cumprimento das decisões judiciais.

O serviço, que já é disponibilizado na internet apenas aos servidores, aposentados e pensionistas, no site da secretaria ([www.segop.ma.gov.br](http://www.segop.ma.gov.br)), foi apresentado aos juízes da Fazenda Pública e ao diretor do Fórum Des. Sarney Costa, Osmar Gomes dos Santos, durante reunião com o secretário da SEGEP, Felipe Camarão, e o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia. A reunião, que ocorreu na diretoria do fórum, foi solicitada pelo secretário.

Durante o encontro, os juízes sugeriram ao secretário uma ampla divulgação de que os próprios servidores ativos, aposentados e pensionistas podem acessar o sistema eletrônico de folha de pagamento e recursos humanos. A medida evita que os servidores, ao demandarem o governo do estado judicialmente, não apresentem as fichas, sendo necessário que os magistrados tenham que requisitar esses documentos à SEGEP, e a demora do procedimento gera reflexos no processo judicial.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Osmar Gomes, medidas como essa são importantes para os jurisdicionados que buscam os serviços na justiça; e para o Judiciário, porque dão maior dinamismo às ações propostas por servidores públicos estaduais, com a possibilidade de resolução mais célere dos processos. Osmar Gomes destacou que a obrigação de apresentar as fichas financeiras

é das partes e ressaltou a importância da ampla divulgação desse serviço junto aos servidores, inclusive com informações no contracheque. O juiz enfatizou, ainda, que o acesso eletrônico a esses documentos pelos magistrados ajudará os juízes a confrontarem as informações apresentadas pelas partes.

Redução de custos - para Felipe Camarão, o sistema eletrônico também contribui para a redução de gastos e de trabalho do pessoal da secretaria, uma vez que, com o acesso online às fichas, não haverá necessidade do órgão estadual ter que enviar esses documentos aos juízes da Fazenda. O secretário explicou que o servidor pode acessar com facilidade o sistema e gerar em poucos segundos sua ficha financeira, inclusive por meio de dispositivos móveis como aparelhos celulares ligados à internet.

O juiz titular da 9ª Vara

da Fazenda Pública, Raimundo Nonato Neris Ferreira, elogiou a iniciativa de disponibilizar às Varas da Fazenda a ferramenta de acesso eletrônico às fichas. "Agilizará a tramitação processual e, principalmente, o cumprimento da obrigação imposta pelo magistrado", acrescentou.

Rodrigo Maia disse que o governo tem interesse em realizar reuniões periódicas com o Judiciário para tratar de temas de interesse mútuo, visando beneficiar o jurisdicionado. O procurador acrescentou que será apresentada à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, uma proposta de termo de cooperação entre o Poder Judiciário e a SEGEP para o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao acesso das fichas financeiras dos cerca de 110 mil servidores públicos, incluindo os ativos do Executivo, além dos aposentados e pensionistas também dos demais poderes.

# TJMA rejeita pedido de intervenção no município de São Luís

PÁGINA 4

# TJ-MA rejeita pedido de intervenção no Município de São Luís

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão rejeitou pedido de intervenção no Município de São Luís. O referido pedido havia se dado ainda na gestão do ex-prefeito João Castelo sob a justificativa de descumprimento de comando judicial emanado pelo Tribunal de Justiça nos autos do Regime Especial de Pagamento de Precatório nº 21.279/2011, que determinou a regularização do pagamento dos precatórios devidos entre os anos de 2008 e 2012. O pedido sustentava ainda

que o Município de São Luís teria deixado, sem motivo de força maior, de efetuar o pagamento dos precatórios relativos àquele período.

Através da Procuradoria Geral do Município, o ente federativo demonstrou que o fato que havia embasado o pedido já havia sido removido, o que tornou prejudicado o exame da Representação para Intervenção Estadual em Município. Além disso, o Município, mesmo após ver que o pedido do impetrante se deu por prejudicado, juntou aos autos Certidão

do Setor de Precatórios, o qual atesta sua adimplência junto ao Regime Especial nº 21.279/2011.

Dessa forma, o Tribunal de Justiça constatou que o Município se encontra inserido e adimplente no Regime Especial de Pagamento de Precatório, desaparecendo, por conseguinte, a causa determinante da representação.

Para o procurador geral do Município, Marcos Braid, o Tribunal de Justiça do Maranhão reconheceu que não existiria qualquer motivo

para que fosse decretada uma intervenção, medida grave e só autorizada diante de determinadas situações, enumeradas em rol taxativo. "O pedido de intervenção se deu na gestão passada. Na atual administração, por determinação do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, o Município de São Luís regularizou a situação dos precatórios, e vem efetuando, mensalmente, os depósitos junto à Coordenação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão", afirmou.

# Juízes terão acesso às fichas financeiras de servidores estaduais que ingressam com ações

A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) pretende disponibilizar aos magistrados das varas da Fazenda Pública de São Luís o acesso às fichas financeiras dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, para consulta nos casos de processos impetrados nessas unidades. A medida visa contribuir para a tramitação mais célere das ações propostas pelos servidores contra o Estado do Maranhão e cumprimento das decisões judiciais.

O serviço, que já é disponibilizado na internet apenas aos servidores, aposentados e pensionistas, no site da secretaria ([www.segep.ma.gov.br](http://www.segep.ma.gov.br)), foi apresentado aos juízes da Fazenda Pública e ao diretor do Fórum Des. Sarney Costa, Osmar Gomes dos Santos, durante reunião com o secretário da SEGEP, Felipe Camarão, e o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia. A reunião, que ocorreu na diretoria do fórum, foi soli-

citada pelo secretário.

Durante o encontro, os juízes sugeriram ao secretário uma ampla divulgação de que os próprios servidores ativos, aposentados e pensionistas podem acessar o sistema eletrônico de folha de pagamento e recursos humanos. A medida evita que os servidores, ao demandarem o governo do estado judicialmente, não apresentem as fichas, sendo necessário que os magistrados tenham que requisitar esses documentos à SEGEP, e a demora do procedimento gera reflexos no processo judicial.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Osmar Gomes, medidas como essa são importantes para os jurisdicionados que buscam os serviços na justiça; e para o Judiciário, porque dão maior dinamismo às ações propostas por servidores públicos estaduais, com a possibilidade de resolução mais célere dos processos. Osmar Gomes destacou que a obrigação de apre-

sentar as fichas financeiras é das partes e ressaltou a importância da ampla divulgação desse serviço junto aos servidores, inclusive com informações no contracheque. O juiz enfatizou, ainda, que o acesso eletrônico a esses documentos pelos magistrados ajudará os juízes a confrontarem as informações apresentadas pelas partes.

## REDUÇÃO DE CUSTOS

- para Felipe Camarão, o sistema eletrônico também contribui para a redução de gastos e de trabalho do pessoal da secretaria, uma vez que, com o acesso online às fichas, não haverá necessidade do órgão estadual ter que enviar esses documentos aos juízes da Fazenda. O secretário explicou que o servidor pode acessar com facilidade o sistema e gerar em poucos segundos sua ficha financeira, inclusive por meio de dispositivos móveis como aparelhos celulares ligados à internet.

O juiz titular da 9ª Vara da Fazenda Pública, Rai-

undo Nonato Neris Ferreira, elogiou a iniciativa de disponibilizar às Varas da Fazenda a ferramenta de acesso eletrônico às fichas. "Agilizará a tramitação processual e, principalmente, o cumprimento da obrigação imposta pelo magistrado", acrescentou.

Rodrigo Maia disse que o governo tem interesse em realizar reuniões periódicas com o Judiciário para tratar de temas de interesse mútuo, visando beneficiar o jurisdicionado. O procurador acrescentou que será apresentada à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, uma proposta de termo de cooperação entre o Poder Judiciário e a SEGEP para o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao acesso das fichas financeiras dos cerca de 110 mil servidores públicos, incluindo os ativos do Executivo, além dos aposentados e pensionistas também dos demais poderes.

# Lei do Começar de Novo vai beneficiar egressos e apenados



Reunião definiu atuação de cada setor na viabilização da lei

As modalidades de abertura de vagas de trabalho para egressos e apenados do sistema prisional do Maranhão, por meio da Lei do Começar de Novo (10.182/2014), foram discutidas pelos membros do Conselho Penitenciário do Maranhão, durante reunião realizada no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com a lei estadual, promulgada em 22 de dezembro de 2014, as empresas que mantêm contrato de serviços ou fornecimento de materiais com o Poder Executivo devem destinar parte (5%) de suas vagas de emprego aos detentos ou àqueles que já cumpriram pena no sistema penitenciário no âmbito do Estado do Maranhão.

O defensor público esta-

dual, Bruno Dixon, fez uma apresentação da lei aos presentes, destacando que, em 2013, de 86 apenados incluídos no mercado de trabalho, somente seis voltaram para o cárcere - índice de 7% de reincidência.

Para o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (UMF), desembargador Fróz Sobrinho, a Lei do Começar de Novo favorece a ressocialização dos presos através da capacitação e do emprego. "O detento cumpre pena e volta ao convívio social, diminuindo o índice de reincidência. A reclusão sem capacitação, estudo e trabalho, contribui para que essas pessoas retornem ao crime mesmo tendo cumprido a pena. Queremos ter o controle dessas vagas e realmente combater a rein-

cidência, que hoje, em âmbito nacional, é de 70%", avaliou.

O presidente do Conselho, Gerson Lelis Costa, também falou sobre os efeitos da lei na conscientização da sociedade quanto à necessidade de reinserção social desse público. "Entrar no mercado de trabalho é algo difícil para qualquer cidadão. Imaginem quando se trata de um interno ou egresso do sistema prisional. Por isso, é relevante a discussão e aplicação da lei", concluiu.

Segundo o coordenador executivo da UMF, Ariston Apoliano Júnior, será realizado cadastro de empresas objetivando a concessão do "Selo Começar de Novo", atribuído àquelas que firmarem parceria com o programa ofertando vagas de trabalho aos egressos.

De acordo com o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Murilo Andrade, a SEJAP já está acompanhando diretamente a contratação desse público, tanto por empresas terceirizadas como pelo Estado, para atuarem nas próprias unidades prisionais. "A intenção é ter em cada unidade pessoas contratadas para a manutenção daquela área", exemplificou.

Para o juiz da 2ª Vara

de Execuções Penais de São Luís (VEP), Fernando Mendonça, o aprimoramento da lei é um grande avanço no Maranhão. "Cabe ao Estado garantir que as empresas que contratam com o poder público coloquem em seus quadros mão de obra formada por egressos ou apenados que cumprem prisão domiciliar ou livramento condicional", completou.

A Secretaria de Trabalho e Economia Solidária também terá a responsabilidade de alimentar o cadastro de vagas.

O secretário adjunto de Assuntos Políticos e Federais do Maranhão, Valdenilson de Sousa Costa, representando o governo do Estado, disse que a nova lei é uma oportunidade de dividir com a sociedade a responsabilidade que não é apenas de alguns setores específicos. "Permite um engajamento do governo do Estado e contribui para a inserção social", concluiu.

Também participaram da reunião, a coordenadora do programa Começar de Novo (UMF), Ana Lúcia, representantes do SINE, membros do Conselho Penitenciário, o secretário do Trabalho e Economia Solidária, Julião Amin, advogados, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros

## Rejeitou

O Tribunal de Justiça do Maranhão rejeitou pedido de intervenção no município de São Luís, que havia sido feito ainda na gestão João Castelo.

A justificativa do pedido seria o descumprimento de decisão judicial a respeito do pagamento de precatórios devidos entre os anos de 2008 e 2012.

A Procuradoria Geral do Município conseguiu demonstrar que o pedido já havia sido removido e assegurou a rejeição da ação.

Exposição de Beto Lima entra  
em cartaz em São Luís   
Mostra vai até o dia 25. **Alternativo 1**

# AS FASES DE BETO LIMA

Exposição do artista plástico Beto Lima entra em cartaz hoje, a partir das 15h, no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau)

**T**elas que retratam experiências que fortalecem a vida. Essa é a temática da exposição "As fases de Beto Lima", que entra em cartaz hoje, a partir das 15h, no Fórum Desembargador Sarney Costa. A exposição, que ficará em exibição até o dia 25 deste mês, reúne 20 telas do artista plástico Beto Lima.

Segundo ele, as telas retratam momentos importantes de sua vida que foram divididos em três fases. A primeira destaca sua infância no município maranhense de Araiões, local em que aprendeu a arte de pescar. Desse momento surgiram as telas que apresentavam pescadores em seu ofício na praia da Raposa, Porto do Itaqui e Porto do Igaracu, em Parnaíba (PI).

A segunda fase salienta pescadores em preto e branco. "Minha infância em Araiões foi essa: trabalhar na roça e pescar. Isso está no meu san-

gue. Enquanto não fiz essa exposição sobre os pescadores eu não me sentia realizado. Tinha que retratar por meio da arte a minha história. Várias telas, aliás, remontam bem tudo o que vivi, como os pescadores puxando e lavando redes", disse.

Por fim, a última fase ressalta paisagens que ficaram marcadas na memória de Beto Lima, como a cidade de Veneza, na Itália, além de representatividades da cultura maranhense, como as caixeiros do Divino Espírito Santo e os pandeirões do Reviver. Serão expostas telas em tamanhos 1,80 cm x 63 cm ; 1,60 cm x 80 cm; 90 cm x 80 cm e 80 cm x 70 cm.

**Experiências** - Beto Lima afirma que nunca fez curso para se especializar em artes plásticas. Tudo surgiu a partir do seu interesse pela pintura. Adepto da espátula, ele aplica o óleo sobre a tela para retratar, em cores vibrantes, temas do cotidiano da cidade. "A maioria dos meus trabalhos eu fotografo primeiro para depois, pintar, mas tem aqueles que saem direto da minha mente. Eu penso naquela cena e reproduzo. Também não tenho costume de rabiscar desenhos, como alguns artistas fazem, para depois pintar. Tudo sai da minha mente e vou logo pondo em prática", disse.

Apesar de ter se profissionalizado somente em 2004, Beto Lima já trabalha com artes plásticas desde 1978 e já expôs na Suíça, Espanha e Itália.



## Serviço

- **O quê**  
Exposição "As três fases de Beto Lima"
- **Quando**  
Hoje, a partir das 15h
- **Onde**  
Fórum Des. Sarney Costa (Calhau)
- **Entrada gratuita**

# Judiciário vai ouvir população de 15 municípios do Alto Sertão

Será realizada audiência pública, em São João dos Patos, na qual o ouvidor se reunirá com a sociedade para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações que contribuam para a melhoria dos serviços judiciários

**S**ÃO JOÃO DOS PATOS - Representantes de comarcas de 15 municípios do Alto Sertão Maranhense estão convidados a participar de audiência pública promovida pela Ouvidoria do Poder Judiciário, no dia 9 de julho, às 19h, na Câmara Municipal de São João dos Patos.

Na audiência, o ouvidor judiciário, desembargador Paulo Velten, se reunirá com populares, estudantes, professores, representantes da sociedade civil organizada, membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entidades de classe, Defensoria Pública, Ministério Público, advocacia, entre outros setores, para prestar esclarecimentos e receber sugestões ou reclamações que contribuam para o aperfeiçoamento dos serviços judiciais e cartorários oferecidos na região.

Além de São João dos Patos, o ouvidor quer avaliar a qualidade e eficiência dos serviços judiciais nos municípios próximos: Barão de Grajaú, Buriiti Bravo, Colinas, Loreto, Matões, Mirador, Paraibano, Pamarama, Passagem Franca, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão, São Francisco do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras e Sucupira do Norte.

"As atuais ouvidorias judiciárias devem funcionar como órgãos de representação da população perante o Judiciário e têm a função histórica de receber e encaminhar reclamações, críticas e sugestões visando ao aperfeiçoamento do Poder Judiciário", pontuou o ouvidor-geral.

As manifestações apresentadas serão encaminhadas aos setores competentes no âmbito do Poder Judiciário. As dúvidas da comunidade sobre questões ligadas à Justiça Estadual serão esclarecidas em tempo hábil - até 20 dias úteis.

A audiência será a terceira promovida pela Ouvidoria este ano, e está entre as ações planejadas pelo setor, para promover maior aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade.

A primeira aconteceu em Chapadinha, no mês de março. A segunda, em maio, no polo judicial de Pinheiro. Outras duas estão programadas para Imperatriz e São Luís, em agosto e outubro, respectivamente.

Além das audiências, a Ouvidoria do Judiciário pode ser acionada pelo telefone 0800 707 1581 (Telejudiciário), por formulário eletrônico disponível no site [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br).

## Mais

**Entre as atribuições** da Ouvidoria do Poder Judiciário está o gerenciamento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), que consiste no recebimento, registro, controle e resposta das solicitações feitas pelos cidadãos.

## **SIMPLES, ASSIM...**

**... A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, realizou, na tarde desta quinta-feira (25), o lançamento da Fundação da Cidadania e Justiça, entidade pública criada por lei para subsidiar a formulação de políticas e o desenvolvimento de atividades de suporte à Casa Abrigo e à Casa da Criança.**

**... As casas são os dois principais pro-**

**jetos sociais mantidos pelo Judiciário maranhense e parceiros, atuando desde 1997 na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica e crianças e adolescentes em situação de risco.**

**... O lançamento aconteceu no canteiro de obras do prédio onde funcionará a sede própria da Casa da Criança, prevista para ser inaugurada no próximo dia 12 de outubro.**

## PROJETOS SOCIAIS

#O juiz David Mourão Meneses, titular de Barão de Grajaú, lançou edital no qual convoca todas as entidades públicas ou privadas, com comprovada finalidade social e sem fins lucrativos, para participarem do processo de seleção de projetos.

#Os escolhidos receberão recursos financeiros arrecadados pelo Poder Judiciário através de prestação pecuniária, suspensão condicional do processo ou transação penal.

#As inscrições começaram no último dia 19 e seguem até o dia 3 de julho de 2015, e podem ser feitas na sede do fórum, que fica na Avenida Mário Bezerra, 603, centro da cidade. O resultado da seleção está previsto para ser divulgado no dia 9 de julho.

**ÚLTIMAS**

**Casamento comunitário  
promovido pela  
CGJ já tem mais de  
mil casais inscrito**

Pag. 12

CGJ

## Casamento comunitário já tem mais de mil casais inscritos



Nessa terça-feira (07), as inscrições agendadas serão feitas no São Raimundo

Um total de 1.011 casais já se inscreveu para o casamento comunitário que a Corregedoria promove no dia 19 de setembro para oficializar a união de pessoas residentes em São Luís. Desses, 47 casais se inscreveram no último sábado (04), durante ação social pro-

movida pela parceria entre CGJ e Prefeitura de São Luís no bairro da Vila Embratel.

Já para os casais que tiveram inscrição agendada através do Telejudiciário o último dia de inscrições na sede e do anexo da Corregedoria e no Fórum foi na última sexta-feira (03).

**BAIRROS** - Nessa terça-feira (07), a Corregedoria se faz presente no bairro do São Raimundo (Conselho Comunitário Sócio Cultural), onde serão feitas as inscrições dos casais agendados junto aos líderes comunitários.

Na quarta e sexta-feira, respectivamente dias 08 e 10, o trabalho continua nos bairros do Tibirizinho (Associação Nossa Senhora de Nazaré em defesa das crianças e adolescentes do bairro Tibirizinho) e Cidade Olímpica (Associação dos Moradores da Cidade Olímpica), onde também serão efetivadas as inscrições agendadas com os líderes comunitários do bairro.

No sábado, 11, novamente em parceria com a Prefeitura de São Luís, a Corregedoria volta a inscrever os noivos interessados em oficializar a união

através do casamento comunitário, dessa vez no bairro da Liberdade, na UEB Ensino Fundamental Ministro Mário Andreazza (Rua Corrêa de Araújo, 400), das 8h às 17h.

Inaugurado em 1999 pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão o projeto Casamentos Comunitários já possibilitou a oficialização da união de milhares de casais em todo o Estado. Todos os atos do casamento comunitário são gratuitos.

**DOCUMENTOS** - Entre os documentos a serem apresentados na ocasião da inscrição, cópias do RG e do comprovante de residência (para todos os nubentes). Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os menores de 16 anos é exigido também o consentimento dos pais.

# **Tribunal de Justiça rejeita pedido de **intervenção** no Município de São Luís**

Pag. 04

## 'GESTÃO CASTELO'

# Tribunal de Justiça rejeita pedido de intervenção no Município de São Luís

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão rejeitou pedido de intervenção no Município de São Luís. O referido pedido havia se dado ainda na gestão do ex-prefeito João Castelo sob a justificativa de descumprimento de comando judicial emanado pelo Tribunal de Justiça nos autos do Regime Especial de Pagamento de Precatório nº 21.279/2011, que determinou a regularização do pagamento dos precatórios devidos entre os anos de 2008 e 2012. O pedido sustentava ainda que o Município de São Luís teria deixado, sem motivo de

força maior, de efetuar o pagamento dos precatórios relativos àquele período.

Através da Procuradoria Geral do Município, o ente federativo demonstrou que o fato que havia embasado o pedido já havia sido removido, o que tornou prejudicado o exame da Representação para Intervenção Estadual em Município. Além disso, o Município, mesmo após ver que o pedido do impetrante se deu por prejudicado, juntou aos autos Certidão do Setor de Precatórios, o qual atesta sua adimplência junto ao Regime Especial nº 21.279/2011.

## COMEÇAR DE NOVO

# Egressos e apenados do sistema prisional serão beneficiados



Reunião do Conselho Penitenciário definiu atuação de cada setor na viabilização da lei

As modalidades de abertura de vagas de trabalho para egressos e apenados do sistema prisional do Maranhão, por meio da Lei do Começar de Novo (10.182/2014), foram discutidas pelos membros do Conselho Penitenciário do Maranhão, durante reunião realizada no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

De acordo com a lei estadual, promulgada em 22 de dezembro de 2014, as empresas que mantêm contrato de serviços ou fornecimento de mate-

riais com o Poder Executivo devem destinar parte (5%) de suas vagas de emprego aos detentos ou àqueles que já cumpriram pena no sistema penitenciário no âmbito do Estado do Maranhão.

O defensor público estadual, Bruno Dixon, fez uma apresentação da lei aos presentes, destacando que, em 2013, de 86 apenados inclusos no mercado de trabalho, somente seis voltaram para o cárcere - índice de 7% de reincidência.

Para o coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária

(UMF), desembargador Fróz Sobrinho, a Lei do Começar de Novo favorece a ressocialização dos presos através da capacitação e do emprego. "O detento cumpre pena e volta ao convívio social, diminuindo o índice de reincidência. A reclusão sem capacitação, estudo e trabalho, contribui para que essas pessoas retornem ao crime mesmo tendo cumprido a pena. Queremos ter o controle dessas vagas e realmente combater a reincidência, que hoje, em âmbito nacional, é de 70%", avaliou.

O presidente do Conselho, Gerson Lelis Costa, também falou sobre os efeitos da lei na conscientização da sociedade quanto à necessidade de reinserção social desse público. "Entrar no mercado de trabalho é algo difícil para qualquer cidadão. Imaginem quando se trata de um interno ou egresso do sistema prisional. Por isso, é relevante a discussão e aplicação da lei", concluiu.

Segundo o coordenador executivo da UMF, Ariston

Apoliano Júnior, será realizado cadastro de empresas objetivando a concessão do "Selo Começar de Novo", atribuído àquelas que firmarem parceria com o programa ofertando vagas de trabalho aos egressos.

De acordo com o secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Murilo Andrade, a SEJAP já está acompanhando diretamente a contratação desse público, tanto por empresas terceirizadas como pelo Estado, para atuarem nas próprias unidades prisionais. "A intenção é ter em cada unidade pessoas contratadas para a manutenção daquela área", exemplificou.

Para o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (VEP), Fernando Mendonça, o aprimoramento da lei é um grande avanço no Maranhão. "Cabe ao Estado garantir que as empresas que contratam com o poder público coloquem em seus quadros mão de obra formada por egressos ou apenados que cumprem prisão domiciliar ou livramento condicional", completou.

## Chances de recuperação (1)

Depois de ver seu projeto de Audiência de Custódia ser repicado pelo Conselho Nacional de Justiça para outros estados, o TJMA reforça a proposta de abertura de vagas de trabalho para egressos e apenados do sistema prisional do Maranhão. O projeto “Começar de Novo” voltou à pauta do Conselho Penitenciário em reunião no próprio Tribunal de Justiça.

## Chances de recuperação (2)

Pela lei estadual promulgada em dezembro de 2014, as empresas que mantêm contrato de serviços ou fornecimento de materiais com o Poder Executivo devem destinar 5% das vagas de emprego aos detentos ou àqueles que já cumpriram pena no sistema penitenciário no âmbito do Estado do Maranhão. O desembargador Froz Sobrinho acredita na ressocialização dos presos, dando-lhes capacitação e emprego.

# **Tribunal de Justiça rejeita pedido de intervenção no Município de São Luís**

*Página - 3*

# Tribunal de Justiça rejeita pedido de intervenção no Município de São Luís

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão rejeitou pedido de intervenção no Município de São Luís. O referido pedido havia se dado ainda na gestão do ex-prefeito João Castelo sob a justificativa de descumprimento de comando judicial emanado pelo Tribunal de Justiça nos autos do Regime Especial de Pagamento de Precatório nº 21.279/2011, que determinou a regularização do pagamento dos precatórios devidos entre os anos de 2008 e 2012. O pedido sustentava ainda

que o Município de São Luís teria deixado, sem motivo de força maior, de efetuar o pagamento dos precatórios relativos àquele período.

Através da Procuradoria Geral do Município, o ente federativo demonstrou que o fato que havia embasado o pedido já havia sido removido, o que tornou prejudicado o exame da Representação para Intervenção Estadual em Município. Além disso, o Município, mesmo após ver que o pedido do impetrante se deu por prejudicado, juntou aos

autos Certidão do Setor de Precatórios, o qual atesta sua adimplência junto ao Regime Especial nº 21.279/2011.

Dessa forma, o Tribunal de Justiça constatou que o Município se encontra inserido e adimplente no Regime Especial de Pagamento de Precatório, desaparecendo, por conseguinte, a causa determinante da representação.

Para o procurador geral do Município, Marcos Braid, o Tribunal de Justiça do Maranhão reconheceu que não existiria qualquer motivo para

que fosse decretada uma intervenção, medida grave e só autorizada diante de determinadas situações, enumeradas em rol taxativo. "O pedido de intervenção se deu na gestão passada. Na atual administração, por determinação do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, o Município de São Luís regularizou a situação dos precatórios, e vem efetuando, mensalmente, os depósitos junto à Coordenação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão", afirmou.

**SÃO LUÍS**

# Casamento comunitário já tem mais de mil casais inscritos

Um total de 1.011 casais já se inscreveu para o casamento comunitário que a Corregedoria promove no dia 19 de setembro para oficializar a união de pessoas residentes em São Luís. Desses, 47 casais se inscreveram no último sábado (4), durante ação social promovida pela parceria entre CGJ e Prefeitura de São Luís, no bairro da Vila Embratel.

Já para os casais que tiveram inscrição agendada através do Telejudiciário o último dia de inscrições na sede e do anexo da Corregedoria e no Fórum foi na última sexta-feira (3).

**BAIRROS** – Nessa terça-feira (7), a Corregedoria se faz presente no bairro do São Raimundo (Conselho Comunitário Sócio

Cultural), onde serão feitas as inscrições dos casais agendados junto aos líderes comunitários.

Na quarta e sexta-feira, respectivamente dias 8 e 10, o trabalho continua nos bairros do Tibirizinho (Associação Nossa Senhora de Nazaré em defesa das crianças e adolescentes do bairro Tibirizinho) e Cidade Olímpica (Associação dos Moradores da Cidade Olímpica), onde também serão efetivadas as inscrições agendadas com os líderes comunitários do bairro.

No sábado, 11, novamente em parceria com a Prefeitura de São Luís, a Corregedoria volta a inscrever os noivos interessados em oficializar a união através do casamento comunitário, dessa vez no bairro da Liberdade,

na UEB Ensino Fundamental Ministro Mário Andreazza (Rua Corrêa de Araújo, 400), das 8h às 17h.

**DOCUMENTOS** – Entre os documentos a serem apresentados na ocasião da inscrição, cópias do RG e do comprovante de residência (para todos os nubentes). Noivos solteiros e maiores de 18 anos devem apresentar ainda a certidão de nascimento (original). Já para os menores de 16 anos é exigido também o consentimento dos pais. Noivos divorciados precisam apresentar a averbação do divórcio (original). No caso de noivos viúvos, além do comprovante de residência e RG será exigida a certidão de casamento averbada com o óbito.

# *TJ rejeita pedido de intervenção em São Luís*

O Tribunal de Justiça do Estado rejeitou pedido de intervenção no Município de São Luís. O pedido havia se dado ainda na gestão do ex-prefeito João Castelo sob a justificativa de descumprimento de decisão judicial.

**PÁGINA2 [C1]**

## *Tribunal de Justiça rejeita pedido de intervenção no Município de São Luís*

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão rejeitou pedido de intervenção no Município de São Luís. O referido pedido havia se dado ainda na gestão do ex-prefeito João Castelo sob a justificativa de descumprimento de comando judicial emanado pelo Tribunal de Justiça nos autos do Regime Especial de Pagamento de Precatório nº 21.279/2011, que determinou a regularização do pagamento dos precatórios devidos entre 2008 e 2012. O pedido sustentava ainda que o Município teria deixado, sem motivo de força maior, de efetuar o pagamento dos precatórios relativos àquele período.

Por meio da Procuradoria

Geral do Município, o ente federativo demonstrou que o fato que havia embasado o pedido já havia sido removido, o que tornou prejudicado o exame da Representação para Intervenção Estadual em Município. Além disso, o Município, mesmo após ver que o pedido do impetrante se deu por prejudicado, juntou aos autos Certidão do Setor de Precatórios, o qual atesta sua adimplência junto ao Regime Especial nº 21.279/2011.

Dessa forma, o Tribunal de Justiça constatou que o Município se encontra inserido e adimplente no Regime Especial de Pagamento de Precatório, desaparecendo, por conseguinte, a causa determinante da representação.

## Lei do Começar de Novo

As modalidades de abertura de vagas de trabalho para egressos e apenados do sistema prisional do Maranhão, por meio da Lei do Começar de Novo (10.182/2014), foram discutidas pelos membros do Conselho Penitenciário do Maranhão, durante reunião realizada no Auditório do Centro Administrativo do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). De acordo

com a lei estadual, promulgada em 22 de dezembro de 2014, as empresas que mantêm contrato de serviços ou fornecimento de materiais com o Poder Executivo devem destinar parte (5%) de suas vagas de emprego aos detentos ou àqueles que já cumpriram pena no sistema penitenciário no âmbito do Estado do Maranhão.

# Juízes vão acessar fichas financeiras de servidores estaduais com ações na Justiça

A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep) pretende disponibilizar aos magistrados das varas da Fazenda Pública de São Luís o acesso às fichas financeiras dos servidores públicos, aposentados e pensionistas, para consulta nos casos de processos impetrados nessas unidades. A medida visa contribuir para a tramitação mais célere das ações propostas pelos servidores contra o Estado do Maranhão e cumprimento das decisões judiciais.

O serviço, que já é disponibilizado na internet apenas aos servidores, aposentados e pensionistas, no site da secretaria ([www.segep.ma.gov.br](http://www.segep.ma.gov.br)), foi apresentado aos juízes da Fazenda Pública e ao diretor do Fórum Des. Sarney Costa, Osmar Gomes dos Santos, durante reunião com o secretário da

Segep, Felipe Camarão, e o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia. A reunião, que ocorreu na diretoria do fórum, foi solicitada pelo secretário.

Durante o encontro, os juízes sugeriram ao secretário uma ampla divulgação de que os próprios servidores ativos, aposentados e pensionistas podem acessar o sistema eletrônico de folha de pagamento e recursos humanos. A medida evita que os servidores, ao demandarem o governo do estado judicialmente, não apresentem as fichas, sendo necessário que os magistrados tenham que requisitar esses documentos à Segep, e a demora do procedimento gera reflexos no processo judicial.

Para o diretor do Fórum de São Luís, juiz Osmar Gomes, medidas como essa são importantes

para os jurisdicionados que buscam os serviços na justiça; e para o Judiciário, porque dão maior dinamismo às ações propostas por servidores públicos estaduais, com a possibilidade de resolução mais célere dos processos. Osmar Gomes destacou que a obrigação de apresentar as fichas financeiras é das partes e ressaltou a importância da ampla divulgação desse serviço junto aos servidores, inclusive com informações no contracheque. O juiz enfatizou, ainda, que o acesso eletrônico a esses documentos pelos magistrados ajudará os juízes a confrontarem as informações apresentadas pelas partes.

**REDUÇÃO DE CUSTOS** – Para Felipe Camarão, o sistema eletrônico também contribui para a redução de gastos e de trabalho do pessoal da secretaria, uma vez que, com o acesso online às fichas, não haverá necessidade do órgão estadual ter que enviar esses documentos aos juízes da Fazenda. O secretário explicou que o servidor pode acessar com facilidade o sistema e gerar em poucos segundos sua ficha financeira,

inclusive por meio de dispositivos móveis como aparelhos celulares ligados à internet.

O juiz titular da 9ª Vara da Fazenda Pública, Raimundo Nonato Neris Ferreira, elogiou a iniciativa de disponibilizar às Varas da Fazenda a ferramenta de acesso eletrônico às fichas. “Agilizará a tramitação processual e, principalmente, o cumprimento da obrigação imposta pelo magistrado”, acrescentou.

Rodrigo Maia disse que o governo tem interesse em realizar reuniões periódicas com o Judiciário para tratar de temas de interesse mútuo, visando beneficiar o jurisdicionado. O procurador acrescentou que será apresentada à presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, uma proposta de termo de cooperação entre o Poder Judiciário e a Segep para o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao acesso das fichas financeiras dos cerca de 110 mil servidores públicos, incluindo os ativos do Executivo, além dos aposentados e pensionistas também dos demais poderes.